

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Em novembro do 2023, o Grupo Parlamentar do PCP teve conhecimento que decorreu um conjunto de processos de despedimento na Coindu, empresa com centenas de trabalhadores dedicada à produção de componentes para a indústria automóvel, com polos industriais na vila de Joane, no concelho de Famalicão, e em Arcos de Valdevez. Na altura, o PCP deu conta a empresa preparava um autêntico processo de despedimento coletivo encapotado de cerca de 150 trabalhadores, através do envio de “cartas individuais” aos trabalhadores em causa.

Ao longo dos anos a empresa tem vindo a concretizar diversos processos de despedimento coletivo, atropelando os direitos dos trabalhadores e tratando estes homens e mulheres como descartáveis.

Agora, a empresa anunciou que nos próximos dias, cerca de 400 trabalhadores da sua unidade de Famalicão e cerca de 100 trabalhadores da sua unidade nos Arcos entrarão em lay-off por 6 meses. A situação dos trabalhadores prestadores de serviços está também posta em causa.

A concretização deste lay-off implicará uma perda significativa de rendimentos para os trabalhadores afetados, não apenas no que diz respeito ao salário, mas também a subsídios devidos. As consequências são ainda mais graves para os casais em que ambos trabalham na Coindu.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, através dos respetivos, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento do recurso ao lay-off e outras medidas concretizadas pela Coindu? Quais as justificações apresentadas pela empresa para utilizar este mecanismo?
2. Que acompanhamento está este Ministério a fazer da situação? Esta empresa tem alguma dívida à Segurança Social? Em caso afirmativo, pedimos informação detalhada.
3. Que apoios públicos, nacionais e comunitários, foram atribuídos a empresas dos mesmos proprietários da empresa Coindu nos últimos anos?

4. Que medidas tomará o Governo para defender os interesses e os direitos dos trabalhadores implicados?

Palácio de São Bento, 12 de fevereiro de 2024

Deputado(a)s

ALFREDO MAIA(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)